



**CPI pode criar sub-relatorias;
Collor quer convocações logo 4**

**Luiz Henrique busca acordo
para MP do Código Florestal 3**

**Secretários e diretores-gerais do
Legislativo realizam encontro 2**

**Obras da Copa vão beneficiar
população de MT, diz Cidinho 3**

Primeiro esforço concentrado aprova 32 proposições

Em três dias de trabalho intensificado para votações, passaram pelo Plenário do Senado projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição

Duas medidas provisórias que travavam a pauta de votação do Senado foram aprovadas na semana passada, liberando a agenda para outras decisões urgentes. Entre as proposições já prontas para sanção ou que seguem para exame da Câmara dos Deputados, estão incentivos à indústria, obrigatoriedade do

curso de Jornalismo para o exercício da profissão e cotas em universidades federais para estudantes de escolas públicas.

Os outros períodos de esforço concentrado, realizados para evitar falta de quórum em votações importantes na campanha eleitoral, serão de 28 a 30 de agosto, de 11 a 13 de setembro e de 16 a 18 de outubro. **3**

José Cruz/Agência Senado



Estudantes de escola do Distrito Federal identificam as bandeiras dos estados no Salão Azul, durante visita ao Congresso Nacional, na última sexta-feira. O passeio é gratuito e pode ser feito por qualquer cidadão, diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados,

das 9h30 às 17h. As visitas são guiadas por servidores que percorrem alguns dos principais espaços do Congresso contando um pouco da história e do funcionamento do Legislativo. Grupos de 15 pessoas ou mais devem fazer agendamento pelos telefones 3216-1771 e 3216-1772.

Sarney afirma que cada senador deve acertar contas com a Receita

Cobrança de Imposto de Renda sobre o 14º e o 15º salários pagos aos senadores entre 2007 e 2011 deve ser resolvida individualmente, segundo o presidente da Casa. Justiça havia decidido pelo não recolhimento. **2**

Presidente do Senado disse que o assunto saiu do âmbito da Casa para se tornar problema de cada senador



Jane de Araújo/Agência Senado

Paraguai ameaça porque quer cobrar mais por energia, diz Ana Amélia 3

Hidrelétrica binacional de Itaipu: o Paraguai vende para o Brasil o excedente de sua cota de energia



Itaipu Binacional

Senado aprova 32 propostas no 1º esforço concentrado

Em três dias de votação na última semana, passaram no Plenário projetos de lei, medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição

O SENADO APROVOU 32 proposições no esforço concentrado da semana passada. Além das medidas provisórias (MPs) que travavam a pauta, duas propostas de emenda à Constituição (PECs) e vários projetos de lei foram votados. Os outros períodos de esforço concentrado de votação, criados para evitar falta de quórum na campanha eleitoral, serão de 28 a 30 de agosto, de 11 a 13 de setembro e de 16 a 18 de outubro.

A MP 563/12, convertida no PLV 18/12, desonera as indústrias automobilística, moveleira, de autopeças e de *call center*. Incentiva a produção de biodiesel e isenta de impostos a cesta básica. A MP 564/12 amplia o limite do BNDES para créditos de longo prazo na modernização do parque industrial e reduz



Líder do governo, Eduardo Braga fala em Plenário durante análise de propostas

juros para empresas afetadas pela crise mundial.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/08, que obriga as universidades federais a destinar metade das vagas a quem tenha feito ensino médio em escolas públicas, segue para sanção. Há critérios étnico-raciais e sociais e seleção pelas notas dos alunos nas escolas, e não em exames nacionais.

A PEC dos Jornalistas (PEC 33/09), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), segue à Câmara para tornar obrigatório o diploma superior de Comunicação Social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão.

Também seguem para a

Câmara a PEC 82/11, que dá autonomia administrativa às defensorias públicas da União e do Distrito Federal, e o PLS 652/11, de Gim Argello (PTB-DF), que dá aposentadoria especial, com redução de cinco anos do tempo de trabalho, para garçons, *maitres*, cozinheiros e confeitadores.

Passaram pelo Plenário dois projetos de resolução (PRS 35/12 e PRS 36/12) autorizando o Ceará a fazer dois empréstimos externos: um de até 50 milhões de euros e outro de até US\$ 100 milhões. E o PRS 37/12 autorizou Blumenau (SC) a contratar crédito externo de até US\$ 59 milhões.

Polêmica sobre novo tribunal em Belo Horizonte volta à pauta



A polêmica sobre a criação de um Tribunal Regional Federal em Belo Horizonte, para atender apenas a causas originárias de Minas Gerais, será reaberta no segundo esforço concentrado deste mês. A PEC 29/11, que tem como primeiro proponente o senador Clédio Andrade (PR-MG), deve voltar à ordem do dia do Plenário dia 28, ainda sem consenso. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) alerta que a competência para propor alterações na organização judiciária brasileira pertence ao STF e ao STJ.

Projeto proíbe que cartola inelegível seja substituído por parente

Está na Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE) um projeto que impede que os dirigentes de entidades esportivas considerados inelegíveis sejam substituídos por parentes ou cônjuges (PLS 253/12).

A proposta, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB),

também proíbe a reeleição dos dirigentes dessas entidades.

Para ele, "a legislação peca ao não prever mecanismos que impeçam as verdadeiras dinastias que se perpetuam na direção dessas entidades".

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) foi designada relatora

Cidinho: infraestrutura da Copa 2014 ficará como legado para Mato Grosso

Cidinho Santos (PR-MT), que tomou posse no Senado no lugar do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), destacou o legado que as obras de infraestrutura para a Copa de 2014 deixarão para a população cuiabana e mato-grossense.

— O estado está recebendo

neste momento um legado que, com certeza, ficará para as próximas gerações, para os próximos 10, 20 e 30 anos.

Cidinho lembrou que Blairo, como governador, foi o principal responsável por Cuiabá ter sido incluída como uma das cidades-sede da Copa.

Inácio espera que deputados votem logo PEC dos Jornalistas



Relator da proposta de emenda à Constituição que restabelece a exigência de diploma de jornalismo para exercício da profissão (PEC 33/09), Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que a aprovação do texto no Senado é uma conquista para a categoria. Ele espera que os deputados apreciem logo a PEC. Inácio sublinhou que seria a "manutenção de um abuso" não distinguir pela exigência do diploma uma categoria que tem a responsabilidade de transformar fatos em informações corretas para a sociedade.

Relator da proposta de emenda à Constituição que restabelece a exigência de diploma de jornalismo para exercício da profissão (PEC 33/09), Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que a aprovação do texto no

Senado é uma conquista para a categoria. Ele espera que os deputados apreciem logo a PEC. Inácio sublinhou que seria a "manutenção de um abuso" não distinguir pela exigência do diploma uma categoria que tem a responsabilidade de transformar fatos em informações corretas para a sociedade.



Cássio Cunha Lima: contra "dinastias"

da matéria, que será votada na CE em caráter terminativo (sem necessidade de ir a Plenário).



Cidinho Santos: Copa em Cuiabá

E elogiou a eficiência com que o atual governador, Silval Barbosa, tem executado as obras.

Luiz Henrique tenta derrubar emenda à MP do Código Florestal

Relator da comissão mista que analisa a medida provisória que altera o novo Código Florestal, Luiz Henrique (PMDB-SC) não desistiu de buscar um acordo pela manutenção de seu parecer, aprovado em julho.

Esse movimento foi reforçado depois que antigos apoiadores de seu relatório respaldaram a aprovação, na última quarta-feira, de quatro emendas que derrubariam avanços já negociados em torno da nova lei ambiental.

A emenda mais polêmica aprovada — e avaliada como

a mais prejudicial — é a que acaba com as áreas de proteção permanente (APPs) nas margens de rios não perenes, que secam periodicamente, e representam 50% dos cursos d'água no Brasil.

Outras 32 emendas à MP serão analisadas pelo relator em reunião marcada para 28 de agosto.

Até lá, Luiz Henrique acredita que será possível restabelecer o entendimento em torno da matéria. Ele faz um apelo aos integrantes da comissão para que adotem uma posição de convergência e consenso na votação das demais emendas.



Luiz Henrique

Crítérios para entrada na Marinha e no Exército agora estão em leis

Entraram em vigor na quinta-feira, com a publicação das Leis 12.704/12 e 12.705/12 no *Diário Oficial da União*, novas regras para ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos do Exército e nas carreiras da Marinha.

Os critérios abrangem aspectos como aptidão física e psicológica, antecedentes penais e cumprimento de obrigações eleitorais e militares.

A edição das leis atende a uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro de 2011. Segundo o STF, requisitos de ingresso nas Forças Armadas não podem ser definidos por regulamentos, como ocorria até o julgamento.

Os ministros, no entanto, permitiram que as regras antigas valessem até 31 de dezembro do ano passado, prazo final para que o Executivo enviasse os projetos de lei ao Congresso.

Dilma sanciona lei que cria a estatal nuclear Amazul

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quarta-feira a Lei 12.706/12, que autoriza a criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul).

A Amazul atuará no desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, especialmente com tecnologias usadas em submarinos, como parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos.

A empresa também terá a atribuição de estimular a implantação e prestar assistência técnica a novas indústrias no setor nuclear.

A Amazul, vinculada ao Ministério da Defesa e com sede em São Paulo, será criada a partir da divisão da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). O quadro de pessoal será composto de funcionários da Emgepron que trabalham no Programa Nuclear da Marinha. A criação da Amazul foi aprovada pelo Senado no mês passado.

Ana Amélia: Paraguai ameaça porque quer cobrar mais do Brasil

Ana Amélia (PP-RS) comentou a ameaça do governo paraguaio de interromper a distribuição de energia de Itaipu para o Brasil, em retaliação à suspensão do Paraguai do Mercosul e à aprovação do ingresso da Venezuela no bloco. Para ela, o governo de Assunção pretende, na verdade, forçar novo reajuste no preço da energia vendida ao Brasil.

A senadora também cobrou do governo brasileiro programa de estímulo ao uso eficiente de energia elétrica que envolva grandes consumidores,

como as indústrias.

Ela disse que as iniciativas atuais se restringem ao programa anual de combate ao desperdício, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que obriga as distribuidoras a aplicar 0,5% das receitas em ações de eficiência energética.

Ana Amélia sugeriu a troca de dispositivos de iluminação por outros mais eficientes, a implantação de sistemas de automação de motores e a substituição de energia elétrica por fontes alternativas, como a solar e a eólica.



Ana Amélia

Senadores argumentam que é elevada a quantidade de informações e que os trabalhos avançariam mais rapidamente se fossem divididos; presidente diz que tema será avaliado

CPI estuda fatiar investigação em sub-relatorias

ALEM DE ANALISAR mais de 200 requerimentos em pauta, os integrantes da CPI do Cachoeira deverão tratar de temas polêmicos amanhã.

A criação de sub-relatorias e a mudança do rito diante do silêncio de convocados são dois assuntos que já renderam debates e voltarão à tona.

A pressão pela divisão dos trabalhos em sub-relatorias vem aumentando a cada encontro da CPI. O senador Pedro Taques (PDT-MT), por exemplo, já se levantou em defesa de uma votação sobre o tema.

— Isso não pode ser uma palavra suprema do relator. Precisa ser decidido pelo colegiado. De forma democrática, colhem-se os votos favoráveis e contrários — argumentou.

Sobrecarga

Para o deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR), a criação das sub-relatorias é necessária principalmente devido ao grande volume de informações manipuladas pelos parlamentares.

— Há sobrecarga de trabalho e estamos informando, em respeito ao relator, que



Pedro Taques: CPI precisa decidir se divide trabalho em sub-relatorias

ele indique os sub-relatores, para que haja racionalidade nas nossas atividades — defendeu.

Diante das manifestações, o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), assumiu o compromisso de avaliar o assunto amanhã:

— Nós haveremos de discutir de forma colegiada, como tem sido a tônica desta CPI em todos os seus momentos, sem arredar o pé um milímetro que seja, na reunião do próximo dia 14.

Outro tema polêmico é o



Vital do Rêgo: possível divisão será discutida "de forma colegiada"

rito adotado pela CPI diante do silêncio dos depoentes. O presidente Vital do Rêgo tem dispensado testemunhas e acusados que se negam a falar, depois que os próprios parlamentares votaram a favor de tal procedimento.

Ação judicial

Os deputados Rubens Bueno e Onyx Lorenzoni (DEM-RS), porém, argumentam que isso viola o exercício das prerrogativas do mandato parlamentar.

Na quinta-feira passada, o

Requerimentos

Até a sexta-feira, haviam sido protocolados na secretaria da CPI 269 requerimentos. Entre eles, estavam os seguintes:

- ▶ **Do senador Fernando Collor (PTB-AL):** convite ao juiz Alderico Rocha Santos para esclarecer as denúncias de chantagem que teria sofrido da mulher de Cachoeira. Ele pede as convocações de jornalistas e do procurador-geral da República.
- ▶ **Do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP):** reconvocação do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). O pedido é baseado em denúncia da revista *Época* de que o governador recebeu propina para liberar pagamentos à Delta.
- ▶ **Do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP):** convocaçao do ex-governador de Goiás Iris Rezende, acusado de receber R\$ 2 milhões de Cachoeira para campanha ao governo, pelo coordenador-geral da campanha, Sodino Vieira de Carvalho.
- ▶ **Do deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF):** requer a divisão da investigação parlamentar em cinco sub-relatorias temáticas.
- ▶ **Do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ):** convocaçao do governador do Tocantins, Siqueira Campos (PSDB), para explicar por que metade dos recursos recebidos pelo PSDB local em 2010 veio de empresários ligados a Cachoeira.
- ▶ **Do deputado Filipe Pereira (PSC-RJ):** convocaçao dos governadores de Mato Grosso, Silval Barbosa (PMDB), e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB). Cachoeira tinha interesse na loteria de MT e mantinha negócios com o governo de MS.
- ▶ **Do deputado Mendes Thame (PSDB-SP):** requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot.
- ▶ **Dos deputados Odair Cunha (PT-MG) e Vanderlei Macris (PSDB-SP):** convocaçao de Marcos Teixeira Barbosa, acusado pelo contador Rubmaier Ferreira de Carvalho de usar o nome dele indevidamente para abertura de empresas fantasmas.

A integra dos requerimentos está na página do Senado na internet: <http://bit.ly/requerimentosCPI>

Collor: CPI precisa votar logo convocação de jornalista e procurador-geral da República

Fernando Collor (PTB-AL) pediu a aprovação de seus requerimentos pela convocação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, da mulher dele, a subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques, e do editor da revista *Veja* em Brasília, Policarpo Junior, para deporem na CPI do Cachoeira.

A comissão se reunirá amanhã para votar requerimentos.

O senador também pede a convocação dos procuradores Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, do presidente do grupo Abril, Roberto Civita, e dos jornalistas da *Veja* Lauro Jardim, Gustavo Ribeiro e Rodrigo Rangel.

Collor disse que os requerimentos foram apresentados

no início das atividades da CPI e não podem mais ter a votação adiada.

Em sua opinião, a CPI não deve investigar apenas alguns ramos da rede de relacionamento do contraventor Carlinhos Cachoeira. Ele afirmou que as relações do contraventor com setores do Ministério Público e da imprensa são "mais perniciosas do que se imagina".

— Precisamos de uma verdade definitiva sobre todo esse conluio de autoridades e jornalistas que se emaranharam com criminosos, tornando-se também criminosos. E essa verdade, essa rede completa de intrigas e crimes, somente virá à tona se a comissão for capaz de



Fernando Collor: votação de requerimentos não pode ser adiada

ampliar seus horizontes de investigação, começando por ter a coragem de trazer o testemunho pessoal e as informações de que dispõem os membros do Ministério Público, especialmente o de seu comandante, e os ditos servidores da revista *Veja* envolvidos em toda essa grande trama.

Supremo Tribunal Federal (STF) negou uma ação apresentada pelos dois parlamentares em que pediam o direito de continuar perguntando aos convocados, mesmo que

evoquem o direito constitucional de se calarem para não fornecer provas contra si. Para a ministra Rosa Weber, trata-se de um assunto interno da CPI e do Poder Legislativo.

Comissão especial ouve amanhã juristas sobre reforma do Código Penal

O ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), participa amanhã de audiência pública no Senado para falar sobre o projeto de lei que reforma o Código Penal (PLS 236/12).

Gipp presidiu a comissão de juristas que elaborou os 543 artigos do projeto, a ser analisado por uma comissão especial, que promove a audiência pública.

O debate também contará com a participação do desembargador José Muiños Piñeiro e de Luiz Flávio Gomes, que fizeram parte da comissão de juristas.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) preside a comissão especial. O vice-presidente é



Eunício é presidente da comissão especial que analisa o projeto

Jorge Viana (PT-AC). O relator é Pedro Taques (PDT-MT).

O projeto de reforma do Código Penal inclui alterações polêmicas, como a descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo próprio.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Constituição e Justiça: divulgação das fiscalizações do Tribunal de Contas da União

AS FISCALIZAÇÕES FEITAS pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ficarão mais transparentes para o cidadão, de acordo com o projeto de lei (PLS 108/11) aprovado quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta estabelece que o presidente do TCU passe a apresentar ao Senado relatórios das fiscalizações.

O relator do projeto, Pedro Taques (PDT-MT), explica que a medida não

coloca o tribunal em condição de subordinação porque a Constituição já determina que o TCU envie relatórios de atividades trimestrais e anuais ao Congresso. Trata-se, portanto, de um órgão de controle externo auxiliar.

O projeto segue para votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), antes de ser enviada à Câmara dos Deputados se não houver

recurso para votação em Plenário.

Também na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou o PLS 45/12, que dá ao turismo rural o mesmo regime tributário, trabalhista e previdenciário aplicado às empresas agropecuárias tradicionais. Dessa forma, agricultores familiares poderão explorar o potencial turístico de sua propriedade durante todo o ano, como complementação à renda da

produção agropecuária. A legislação em vigor restringe a exploração da atividade turística na propriedade rural a 120 dias por ano.

A proposta estende ao empregador de turismo rural as mesmas regras de contribuições à Seguridade Social que aplica quando contrata trabalhador rural: 2,5% sobre a receita bruta, acrescida de 0,1% para financiar prestações por acidente de trabalho.

O projeto qualifica o empreendedor do turismo rural como empregador rural para todos os efeitos trabalhistas, mesmo que os empregados exerçam atividades urbanas, como garçons, recepcionistas e arrumadeiras, desde que seja trabalho realizado em empreendimento de turismo rural.

O PLS 45/12 segue para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.